

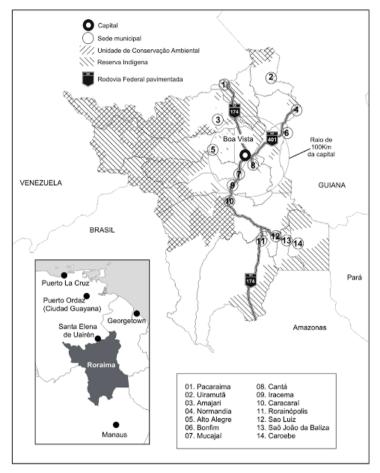
## A VIOLÊNCIA CONTRA OS WAIMIRI-ATROARI NA DITADURA CIVIL-MILITAR: O CASO DA CONSTRUÇÃO DA BR 174

Lara Yukina Fukuda Laura Barbosa Gama Souza Rafaela Reinaldin Licheta Rita Maitê Maia

A cidade de Cárceres no Mato Grosso foi o ponto inicial da BR-174, obra iniciada durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no período da Ditadura Civil-Militar. A rodovia ligava Manaus (AM) a Boa Vista (RR), chegando até a Venezuela.

A rodovia fazia parte do Programa de Integração Nacional (PNI), instituído pelo Decreto-Lei 1.106 de junho de 1960, que visava viabilizar o transporte de mercadorias e o escoamento da produção da zona franca de Manaus. A ideia era promover o crescimento econômico e solucionar o que se considerava que fosse o "vazio demográfico" da Amazônia.

Sua construção provocou o extermínio de povos originários que viviam na sua extensão. Um dos grupos mais afetados pela ação dos agentes do Governo Militar foi o povo Waimiri-Atroari, o qual foi vítima de um verdadeiro massacre. Ao examinar a história da construção da BR-174, bem como seu impacto sobre o povo Waimiri-Atroari, esperamos contribuir para a reflexão sobre a relação entre desenvolvimento econômico e direitos indígenas, bem como sobre a importância de considerar os efeitos de projetos de desenvolvimento econômico nas comunidades indígenas.



Traçado da Rodovia Manaus-Boa Vista, com representação das terras indígenas. Fonte: KANAI, Juan Miguel; OLIVEIRA, Rafael da Silva; SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Pavimentando Roraima: a BR-174 como exemplo das lógicas neoliberais de transnacionalização do território da Amazônia Ocidental. Soc. & Nat., [s. l.], 16 abr. 2012.

Autodenominados *Kinja* (palavra do ramo linguístico *karib*), que significa "gente de verdade", o povo Waimiri-Atroari, até a construção da BR-174, vivia entre a região norte do Amazonas e o sul de Roraima. O seu modo de vida girava em torno da caça e coleta de recursos naturais, como a castanha-do-brasil, o pau-rosa e a borracha.



Cavalleiro/Funai/Programa Waimiri Atroari, 1998. Foto: Henrique. Disponível em: https://img.socioambiental.org/v/publico/waimiri-atroari/waimiri\_18.jpg.html (30/06/2023)



Aldeia waimiri atroari. Foto: Homero Martins, 2001. Disponível em: https://img.socioambiental.org/v/publico/waimiri-atroari/waimiri\_9.jpg.html. (30/06/23)

A jornalista Elaíze Farias, em matéria publicada em 8 de abril de 2012 no jornal "A Crítica", denunciou a violência ocorrida no contexto da construção da rodovia, registrando que cerca de dois mil indígenas Waimiri-Atroari que se opunham à realização da obra (e consequentemente ao regime comandado pelos militares)

"desapareceram" durante o período do regime dictatorial. Esses indígenas não aparecem em nenhum momento na lista de vítimas de violação de direitos humanos durante o Regime Militar no Brasil ou na lista oficial de desaparecidos políticos. Sua existência foi simplesmente apagada.

No início do século XX, a população Waimiri-Atroari era estimada em mais de 2.000 pessoas. Com a construção da BR-174, até o final da Ditadura, eles foram reduzidos a uma pequena fração de cerca de 400 pessoas. Depoimentos dos Atroari sobre os acontecimentos que dizimaram seu povo relatam que, apesar da resistência, ocorreu um verdadeiro extermínio, com uso de armas químicas e biológicas. As doenças levadas pelos *Kaminja* (termo usado para se referir aos não indígenas) foram também armas dessa violência. Em entrevista para a TV Brasil, Viana Womé Atroari comentou sobre o que vivenciou em um dos ataques feitos à sua aldeia:

Foi assim tipo bomba, lá na aldeia. O índio que estava na aldeia não escapou ninguém. Ele [o homem branco] veio no avião e de repente esquentou tudinho, aí morreu muita gente. Foi muita maldade na construção da BR -174. Aí veio muita gente e pessoal armado, assim, pessoal do Exército, isso eu vi. Eu sei que me lembro bem assim, tinha um avião assim um pouco de folha, assim, desenho de folha, assim, alguma coisa vermelho por baixo, só isso. Passou isso aí, morria rapidinho pessoa. Desse aí que nós via.



Desenho feito pelos Waimiri-Atroari que ilustra o ataque de militares armados contra pessoas de seu povo. Fonte: FREIRE, José Ribamar Bessa. As malocas da praça de maio (Taqui Pra Ti). Uma (in)certa antropologia, [S. l.], p. 1, 1 jun. 2014.

Disponível em: <a href="https://umaincertaantropologia.org/2014/06/02/as-malocas-da-praca-de">https://umaincertaantropologia.org/2014/06/02/as-malocas-da-praca-de</a> . (29/06/2023).

As consequências da BR-174 também foram catastróficas para a floresta e as comunidades que ainda vivem na Amazônia. A rodovia abriu caminho para uma ocupação desordenada do território por pessoas de outras regiões do país, a maioria não indígenas. O processo se agravou pela precária regularização fundiária, pela grilagem e pelo desmatamento ilegal. É importante ressaltar que no contexto da Ditadura, os militares alegavam que a intervenção violenta junto aos povos indígenas que habitavam na Amazônia tinha o objetivo de "pacificá-los" e ela foi o principal instrumento que liderou a aniquilação desses povos.

## Se você quiser saber mais dessa história, consulte o material utilizado para elaboração do texto:

AMAZÔNIA ADENTRO. Primeiro Episódio: Waimiri-Atroari. Depoimento do Indígena Viana Womé Atroari. TV Brasil. Disponível em: <a href="https://youtube.com/watch?v=lbDkac9Nz9k&feature=sharec">https://youtube.com/watch?v=lbDkac9Nz9k&feature=sharec</a> (30/06/2023).

FARIAS, Elaíze. Dois mil índios Waimiri-Atroari contrários à rodovia desapareceram durante regime militar no Brasil. **A Crítica**, [S. l.], p. 1, 8 abr. 2012. Disponível em: <a href="https://www.acritica.com/amazonia/dois-milindios-waimiri-atroari-contrarios-a-rodovia-desapareceram-durante-regime-militar-no-brasil-1.110508">https://www.acritica.com/amazonia/dois-milindios-waimiri-atroari-contrarios-a-rodovia-desapareceram-durante-regime-militar-no-brasil-1.110508</a>. (16/06/23).

SILVA FILHO, Eduardo Gomes. Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em <a href="https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4582">https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4582</a> (16/06/23)